

# UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLANTADAS NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS 1930-1937

Jhonathan Martins da Costa <sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho é fruto qualificado da disciplina, Educação Brasileira, ministrada pela professora Dra. Elizabeth Miranda no curso de mestrado acadêmico em Educação, da Universidade Federal do Acre - UFAC. O artigo busca fazer um diálogo do objeto de estudo da dissertação de mestrado do autor com alguns autores trabalhados na disciplina supracitada, pois tratará da educação no Brasil durante a primeira passagem do governo de Getúlio Vargas, que vai de 1930 até o golpe de 1937. A intenção é justamente realizar um enfoque nas políticas educacionais que Vargas estabeleceu durante seu governo nesse período, por meio de algumas articulações e criações, para isso contemplaremos a articulação dele com Francisco Campos, ministro de seu governo que assim como ele buscava fazer do Brasil um estado nacional, forte e centralizado. Aliançaram-se com a igreja católica que voltou a ter influência na educação brasileira inclusive com a implantação do ensino religioso nas escolas deste país. Promulgaram uma reformulação do ensino secundário na qual definia cada vez mais o ensino dualista, altamente exercido neste governo. Criaram a Universidade Brasileira contemplando uma reivindicação antiga da elite deste país. Portanto, este trabalho apresenta justamente o despertar deste período tão significativo no campo educacional e ao mesmo tempo tão delicado ao trabalhar aspectos políticos e históricos ao mesmo tempo.

**Palavras-chave:** História da Educação, Políticas Públicas de Educação, Ensino Secundário, Universidade Brasileira.

## INTRODUÇÃO

Durante o decorrer do ano de 2015 diante do grande desafio que se desenhava a frente de um recém graduado em licenciatura na área de história, venho a oportunidade de participação no processo seletivo para o programa de pós-graduação stricto sensu em educação, da Universidade Federal do Acre - UFAC.

O mestrado em educação oportunizou que cada vez mais disciplinas vinculadas a temática história da educação fossem um canal de forte atração a este discente, certamente

---

<sup>1</sup> Professor de Carreira do Atendimento Educacional Especializado da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco. SEME/RB. Mestre pelo Curso de Educação da Universidade Federal do Acre - UFAC, [jhonacreano@yahoo.com.br](mailto:jhonacreano@yahoo.com.br)

influenciadas pela formação de origem do mestrando, desde as disciplinas de história da educação mais regionais como história da educação na Amazônia, como geral, assim, leia-se Educação brasileira, que acabou por resultar na construção deste artigo científico.

De tal modo, esta escrita viabilizou um novo olhar para a década de 30 no Brasil mais centradamente para os anos de 1930 a 1937 aproximando-se do recorte temporal que estava sendo realizado para a construção da dissertação que trabalharia a história da educação no território federal do Acre, portanto, de grande valia apresentasse esta disciplina, bem como a obrigatoriedade da entrega deste artigo científico como atividade avaliativa de encerramento da disciplina.

Objetivasse justamente realizar um enfoque das políticas educacionais que Vargas estabeleceu durante seu governo nesse período, por meio de algumas articulações e criações, para isso contemplaremos a articulação dele com Francisco Campos, ministro de seu governo que assim como ele buscava fazer do Brasil um estado nacional, forte e centralizado. Promulgaram uma reformulação do ensino secundário na qual definia cada vez mais o ensino dualista, altamente exercido neste governo. Chegando a criar a Universidade Brasileira contemplando uma reivindicação antiga da elite deste país.

Ocorre que o ano de 1930 é bastante representativo para a história da nação brasileira, afinal estávamos diante de um novo marco no processo político, social e econômico deste país. Acreditava-se que sairia de cena a política dos coronéis também conhecido popularmente como república velha, pois, a nova conjuntura política com a chegada de Getúlio Vargas ao palácio representava a esperança de mudança para muitos brasileiros, porém o que se viu com o passar dos anos principalmente no período que ficou conhecido como estado novo foi o autoritarismo de um governo.

Na estruturação oligárquica brasileira no qual o agronegócio ditava os rumos do Brasil, fica notório que não havia um anseio do estado no campo educacional que beneficiasse de fato a população, mas com a revolução de 1930, o processo de industrialização nacional bem como as novas disputas ideológicas fizeram com que se transformasse o cenário, as reformas no campo educacional foram inevitáveis, dentre elas foram estabelecidos: a frequência obrigatória, dois ciclos educacionais que habilitariam a posterior entrada no último ciclo “superior”, bem como um currículo seriado para estes ciclos e a criação do cargo de inspetor de ensino. “A nova situação implantada na década

de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio estado”. (PALMA FILHO, 2005, p.04)

A educação até 1930 era rotulada como um problema nacional que precisava ser vencido pela nação, com esse discurso Vargas justificava uma intervenção cada vez mais forte e maior da união no sistema educativo. Portanto com a implantação do estado novo o sistema educacional foi centralizado no mais alto grau, esse controle severo do governo neutralizou muitos avanços organizacionais desde a década de 20. Decidiu-se que a união cuidaria do ensino secundário e superior do país.

A revolução de 1930 é acompanhada por um desejo pessoal de Vargas, elevar o Brasil a uma essência de estado forte, nacional, intervencionista, centralizador e altamente capitalista. Para isso concentrou a administração pública e o controle das políticas nas mãos do governo federal. Como exemplo, podemos citar o próprio discurso de posse de Vargas no governo provisório em 1930 que anunciava “a criação de um ministério de instrução e saúde pública” (VARGAS, 1938, p.72).

Vale ressaltar que até o presente ano de posse não tínhamos no Brasil uma política nacional de educação, que servisse de parâmetro para os demais estados, todavia o modelo que existia era do sistema educacional do Distrito Federal, considerado como modelo, mas não obrigatório para os demais estados federados.

O sistema nacional de educação no Brasil se constituiu de fato a partir da revolução de 1930 e esse processo vai desde a criação do Ministério da Educação e Saúde até o surgimento de sujeitos políticos militantes desta área, como por exemplo, os escolanovistas.

O sistema público de ensino passou a ser defendido como implantação fundamental para que o novo cidadão brasileiro venha a receber uma formação a fim de construir uma nacionalidade brasileira forte, para isso o governo precisava combater dois males, as endemias e o analfabetismo, este último visto como ignorância do povo e barreira para a implantação de um Brasil moderno.

Neste artigo busco trabalhar justamente as políticas públicas adotadas pelo governo de Getúlio Vargas, que buscava tirar o Brasil do “atraso educacional” afinal atrelado aos altos números de analfabetismo estaria o “atraso econômico” do país, assim, demonstro como se deu a aliança do governo com os renovadores e a Igreja Católica que

se mostrou fundamental para a governança de Vargas nesse período, a reformulação do ensino secundário e a criação da Universidade Brasileira.

## **METODOLOGIA**

Neste estudo foi adotada a abordagem qualitativa e fizemos uso da pesquisa bibliográfica e documental. Tudo o que tem sido debatido até aqui foi graças a aplicação de pesquisa metodológica qualitativa, visando atender o objeto desejado, proveniente da investigação sobre as políticas, orientações e documentos referentes ao objeto. A presente investigação qualitativa tem os fundamentos e procedimentos metodológicos apoiados na pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (GIL, 2002, p. 44).

De maneira que apelamos a alguns especialistas que debatem a análise das políticas educacionais no ensino no período do governo de Getúlio Vargas, sendo o senhor Francisco Campos o responsável por efetivar o “novo” ensino brasileiro. Temos como referencial Barros (1960), Horta (1964), Libânia (1999), Veiga (2011), Moraes (1992), Souza (2008), Palma Filho (2005), que auxiliaram na concepção e análise da avaliação das políticas públicas educacionais, implantadas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Todas essas incongruências que a década de 30 provocou, não só no Brasil, mas em todo o mundo, fez com que houvesse divisões em todas as esferas e na educacional não foi diferente, pois, de um lado estavam comunistas, liberais e socialistas defensores daquilo que se chamou de escola nova, se opondo a esta tendência estavam os conservadores e católicos que até almejavam uma renovação educacional, desde que mantivesse no conservadorismo e não diminuísse a influência que a mesma exercia.

Com o Governo de Getúlio Vargas iniciado em 1930 essas características de políticas centralizadoras passam a se tornar cada vez mais forte até o ano de 1937 quando de fato aplica o golpe, período histórico conhecido como estado novo.

“O desenvolvimento do sistema escolar passou desde então a ser orientado nos moldes ideológicos do Estado Nacional, com suas caricatas tendências centralizadoras: uma escola rígida, com rígidos programas calcados em padrões federais, a ser concretizados, sem nenhuma flexibilidade adaptativa, em todas as regiões do país.” (BARROS; CARVALHO, 1960 p.204)

A questão é que no governo Vargas com a implantação do projeto de nacionalização o país viverá acontecimentos nunca antes visto, Getúlio Vargas institui no dia 14 de Novembro de 1930 o Ministério da Educação e Saúde pública, para a pasta nomeou o então jurista Francisco Campos, que seria o responsável por realizar diversas instruções durante o governo Vargas o ministro dava clara demonstração de como seria o governo dele, afinal: “As reformas de Francisco Campos, em que pese o pluralismo do discurso, foram centralizadoras e coercitivas, perfeitamente de acordo com as ideias de seu autor e do governo que representava” (MORAES, 1992, p.294).

As reformas educacionais, bem como a criação do plano nacional de educação, tinham o intuito de alcançar o Brasil de norte a sul, de leste a oeste, nos diversos níveis, adaptando o sistema a nova realidade. Francisco Campos como ministro se impôs por meio de vários decretos com o objetivo de implantar um sistema educacional eficiente de acordo com seu entendimento, toda essa movimentação na educação brasileira ficou conhecida como as Reformas de Francisco Campos, sendo elas:

“1. Decreto N 19.850, 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; 2. Decreto N 19.851, da mesma data, que dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário; 3. Decreto N19.852, também da mesma data, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; 4. Decreto N19.890, de 18 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino secundário; 5. Decreto 19.941, de 30 de abril de 1931, que instituiu o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas do país; 6. Decreto N 20.158, 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador; 7. Decreto N 21.241, de 14 de abril de 1932, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário” (MORAES, 1992, p.296)

Pela forma como o ministro Francisco Campo atuava mostrava ficava explícito suas intenções diante da manipulação de um sistema educacional e do ambiente escolar, pois da escola buscava a construção oficial para a formação do novo cidadão brasileiro,

bem como da manutenção e expansão dos direitos elitistas. Para isso fortaleceria as teorias políticas de Vargas na expansão das intervenções do estado, assim fez com que a promoção, o controle e a responsabilidade pela educação fossem direcionados a União. Afinal alimentava a teoria de “[...] um estado forte e intervencionista na economia, na política e na educação, que finalmente conduziria o País a modernização institucional” (MORAES, 1992, p.296)

O que se percebe durante a gestão de Campos é que, mesmo após a normatização de vários decretos, não tínhamos na pasta governamental uma constituição educacional definida que apresentasse a ideologia desta área trabalhada, com tudo o que ainda se entendia era que as decisões e ações da forma como eram realizadas, denotavam o quanto antidemocrático seria essa gestão no tocante a participação política na tomada das decisões.

É nessa falta de entendimento e participação sem os resultados esperados pelos intelectuais brasileiros que, após realizarem a IV Conferência Nacional de Educação que tinha como objetivo a formulação do campo pedagógico na educação, os profissionais do ensino se reúnem e lançam o Manifesto dos Pioneiros em 1932, motivado pela falta de resultados positivos na conferência. Tal Manifesto não pode ser visto como uma simples análise do contexto educacional, mas como um documento efetivamente contributivo para a melhoria do quadro educacional da nação brasileira.

O Manifesto pode ser visto como lugar de memória da educação republicana na medida em que opera a legitimação do grupo que o assinou e promove, em nível do discurso, a validação do projeto educacional que defende, apresentando-o como o mais adequado para a reconstrução do país segundo o ideal republicano. (LIBÂNIA, 2002, p. 03)

O Manifesto dos pioneiros buscava uma renovação da sociedade brasileira, a fim de modernizar a mesma, para isso acreditava-se que a mentalidade do povo deveria mudar, sendo que apenas uma renovação educacional poderia promovê-la, sobre a constituição de uma educação pública e sobre o poder de um estado laico e racional. Os pioneiros vislumbravam a ciência como meio para o progresso, assim a aplicação dessa ciência racional na educação, promoveria vários resultados positivos para a república democrática que era sonhada.

No período em que Vargas governou a nação brasileira as alianças políticas construídas foram fundamentais para a boa governabilidade no país, um bom exemplo na área da educação foi a aliança construída com a igreja católica, grupo que indicou Francisco Campos para o Ministério da Educação e Saúde Pública, como recompensa tiveram o ensino religioso ministrado nas escolas do país.

Um dos marcos do governo de Getúlio Vargas no campo educacional é justamente a aliança intermediada por Campos com a igreja católica. Afinal não haveria melhor articulador no campo da moral do que os próprios católicos, portanto, o apoio era fundamental para a reconstrução nacional que o governo pretendia realizar. Em 1936, Campos realizou um discurso que denota bem essa ideia:

[...] instrumento de cooptação da igreja católica que deveria oferecer ao novo regime substância e conteúdo moral e mecanismo de formação moral da juventude, disciplinadora e adaptadora aos valores que defendia. Mas, sobretudo, preciosa aliada para a mobilização política tanto contra o liberalismo como contra o comunismo. (MORAES, 1992, p.308)

O catolicismo iniciou o século XX em decadência, a partir de 1920 é que dará início uma disputa no Brasil para voltar a alcançar o patamar de influência que tinha na vida dos brasileiros conservadores e vislumbrou no ensino a oportunidade de ampliar seu poder na área cultural e política desta sociedade. Assim, a igreja católica logo buscou apoio, sendo que:

O centro Dom Vital congregou a intelectualidade católica, tendo como meta prioritária o combate às bases agnósticas e laicistas do regime republicano, investindo, paralelamente na divulgação da doutrina cristã pela sociedade e suas instituições. (LIBÂNIA, 1999, p.40).

Diante de uma crise moral que o Brasil estava vivendo o alto clero, portanto, os importantes religiosos da igreja católica, acreditavam ter condições de recristianizar o povo trazendo, assim a harmonia do país de volta, numa tentativa de reunificação de domínio corporativo entre estado e igreja.

Na Passagem dos anos de 1920 para 1930 é notório o aumento significativo de alunos matriculados no ensino primário, com a perspectiva de continuar aumentando esse número, logo a igreja buscou lutar por uma maior participação no campo educacional a

fim de se promover por meio deste espaço, para isso propôs fazer com que a introdução da disciplina de ensino religioso substituísse a educação moral.

Diante destes acontecimentos, Campos promulgou de forma não obrigatória o ensino religioso, todavia suas regras acabavam deslocando a maioria dos alunos brasileiros para o ensino que tendia a ser mais católico do que religioso no geral, assinala (HORTA, 2012, P.88):

[...] um decreto introduzindo o ensino religioso nos estabelecimentos de ensino primário, secundário e normal de todo o país. Só haveria dispensa da frequência às aulas de religião para aqueles alunos cujos pais requeressem, no momento da matrícula. A elaboração dos programas de ensino religioso e a escolha dos manuais seriam de responsabilidade das autoridades religiosas. A elas caberiam também designar os professores e vigia-los, no que se referisse a doutrina e à moral. Para que o ensino religioso fosse ministrado em um estabelecimento oficial, era necessário que pelo menos 20 alunos se dispusessem a recebe-lo. Essa exigência tornava muito difícil o ensino de um credo diferente do credo católico, dado o predomínio dos católicos na população do país. Assim, na prática, ensino religioso equivalia o ensino da religião católica.

Após a promulgação do decreto em 1931 que garantia o ensino religioso “católico” nas escolas públicas, fica evidente que o ministro Francisco Campos permitia uma aproximação cada vez maior do governo provisório com a igreja. Sendo que esta última vai reagir fortemente contrária a qualquer linha de modernização, sendo enfática nas críticas aos escolanovistas, principalmente as propostas e ideias lançadas no Manifesto dos Pioneiros de 1932.

Importante salientar que este grupo, chegaram inclusive a publicar severas críticas pública em um periódico nacional, no qual faziam menção de forma enfática ao manifesto dos pioneiros alegando que o mesmo era:

Anticristão por negar a supremacia da finalidade espiritual; antinacional, pois desprezava a tradição religiosa do povo brasileiro; antiliberal porque baseado no que o autor chamou de absolutismo pedagógico do estado e na negação da liberdade de ensino. Acrescentava ainda que o manifesto era anti-humano, pois desconhecia a natureza superior do homem, subordinando-o a uma finalidade apenas material e biológica. Por fim, o manifesto era sim, anticatólico, pois pretendia impedir a igreja de exercer qualquer intervenção pública na educação dos crentes. (LIBÂNIA, 1999, p.42)

Colocar a educação moral de um país sobre a responsabilidade de uma educação religiosa, passando aos católicos a função de formação moral dos cidadãos brasileiros,



fazia com que Campos atendessem as reivindicações católicas bem como estabelecendo a personificação da autoridade e disciplina perante o povo.

Para o Governo era fundamental propagar as doutrinas católicas, principalmente aquelas que se tratavam de hierarquia e autoridade, pois: “Para Campos, a doutrina católica não era apenas uma doutrina religiosa, mas uma doutrina de estado” (HORTA, 2012, p.90). Portanto, buscou fazer do ensino religioso, um objeto de instrumentalização para formação da juventude e uma arma contra o liberalismo.

Assim: “Dessa forma, a educação moral e cívica não aparecerá como disciplina no currículo do ensino secundário estabelecido pela reforma de Francisco Campos”. (HORTA, 2012, p.124). Todavia compreendesse que não é propriamente pelo caráter pedagógico a não inclusão, mas, sobretudo se refere a uma questão política. Confiará a igreja a responsabilidade por ministrar a moral como disciplina, porém a instrução cívica é retirada como disciplina por não contemplar os planos autoritários do governo Vargas, principalmente por que até 1930 esta disciplina trabalhava diretamente os deveres e direitos civis do cidadão brasileiro.

Assim, as alianças continuavam entre o Estado, a burguesia industrial e agrária, onde cada uma delas irá interferir na organização educacional, opondo-se à disciplina cívica e a favor da disciplina de moral que contribuirá com a pacificação dos conflitos sociais.

Todavia, na Assembleia Nacional Constituinte vigente no ano de 1934 foi incluída: “[...] um dispositivo determinando que o ensino cívico, a educação física, e o trabalho manual fossem considerados matérias obrigatórias em todas as escolas primárias, secundárias, profissionais e normais do país”. (HORTA, 2012, p.127). Porém “[...] não tendo encontrado defensores, a educação moral e cívica não aparecerá na versão definitiva da constituição, promulgada a 16 de julho de 1934”. (HORTA, 2012, p.128)

Todavia o governo de Vargas não sobreviveria apenas da aliança com os católicos, outro grupo bastante influente e antagônico aos ideais católicos era formado pelos renovadores, grupo detentor de grande prestígio da sociedade brasileira, porém, eram a favor de uma educação gratuita e laica, opondo-se à educação moral religiosa proposta pelos católicos, todavia a Campos não restava outra solução a não ser agradar os dois grupos costurando alianças com ambos em prol do projeto Vargas.

No que tange aos ensinamentos religiosos, morais e cívicos Campos procurou articular da melhor forma, pois aos católicos foi dada a competência da ministração do ensino religioso, já a moral e cívica eram repletas de alguns receios, afinal a moral também poderia ficar a rigor da igreja católica, agora a disciplina cívica não lhe contentava muito pelo fato de que até o início do governo Vargas, tal disciplina orientava o cidadão tanto na esfera civil como política, e como o plano era justamente mudar a estrutura política do país não seria bom entrar nestes detalhes com o povo.

Dentre os resultados positivos da participação ativa da igreja na educação esta a expansão do ensino humanista no ensino secundário, em prol da formação técnica e humanista. Percebendo que ao se tratar de ensino secundário narramos uma modalidade de ensino que preparava exclusivamente a elite para o ensino superior enquanto as camadas populares caberiam apenas o ensino primário e no máximo um profissional.

A reforma do ensino secundário na gestão de Campos ocorreu impulsionada pela elite brasileira, dando caráter excludente e seletivo a esta modalidade. Dentre os pontos positivos pode-se destacar nessa relação: a frequência que se tornou obrigatória, currículo seriado, submeteu às escolas privadas a inspeção federal e equiparou todas as escolas oficiais e particulares ao modelo do Colégio Pedro II, enfim podemos dizer que de fato até garantiu organicidade a modalidade de ensino, que ficou dividido em duas partes, sendo; “o ginásial, de cinco anos de duração, e o complementar, de dois anos, com caráter de especialização – subdividido em pré-médico, pré-jurídico e pré-politécnico – ao qual cabia a preparação às escolas superiores”. (MORAES, 1992, p.300)

A reforma tentava assim o resgate educativo e ao mesmo tempo prepará-la para as novas demandas que o mundo estava impondo, para que de fato se efetivasse vedaram também a autonomia do ensino secundário. Diminuíram a influência familiar e deram ênfase as técnicas e as práticas no campo educacional.

Nas reformas realizadas no ensino secundário e superior o novo ministro já demonstrava uma prévia para a nação de como a educação seria pautada a partir de então, elencando suas novas finalidades expostas a seguir:

“[...] a finalidade do ensino secundário é, de fato, mais ampla do que a que se costuma atribuir-lhe. Via de regra, o ensino secundário tem sido considerado entre nós como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, desprezando-se assim, a sua função eminentemente educativa que consiste, precisamente, no desenvolvimento das faculdades de apreciação,

de juízo, de critério, essências a todos os ramos da atividade humana, e, particularmente, no treino da inteligência em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar as suas relações adequadas (CAMPOS, 1931)” (PALMA FILHO, 2005, P03).

Toda essa reformulação do ensino secundário no Brasil ocorreu por meio do decreto N.19.851, publicado em 1931, que vinha a dispor sobre: o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

Importante destacar que este decreto estabelecia o ensino supracitado da seguinte forma, primeiramente cinco anos e no segundo momento mais dois anos, tendo este último caráter complementar, sendo uma especialização para o sujeito. Todavia este segmento de ensino ainda esta revertido de um currículo a serviço da elite e a favor da preparação para o ensino superior.

No tocante as reformas do ensino secundário sua natureza meramente transitiva para o ensino superior continua ainda muito forte, detentora de um grupo de alunado seletivo “elitista” configura a escola não apenas como formativa mais acima de tudo expandia-se para uma escola cada vez mais preparatória, de forma mais teórica e especifica se buscava um caráter patriótico e humanista por meio de uma formação cultural sólida para os jovens dessa nação.

Continuou nesse período estruturado em dois níveis, todavia o último e complementar que dava mais artifícios para a preparação do vestibular agora eram divididas em dois campos e não mais três como antes, portanto, dentre os ramos as serem escolhido para o estudo optava-se por clássico ou científico.

Campos na verdade pretendia oficializar a educação dualista, “Ou seja, a reforma de Francisco Campos acabou por estabelecer na prática seu antigo projeto de educação diferenciada, uma “educação para pensar” e outra “para produzir”. (MORAES, 1992, p.303). Não diferentemente na gestão posterior do Ministro Capanema, que vislumbrou no ensino profissional um caminho para a educação dualista presente no governo Vargas.

“Este aspecto da legislação educacional dos “tempos de Capanema” é, alias, altamente discriminatório em relação as camadas populares e consagrava o já conhecido “dualismo” do sistema educacional brasileiro, muito bem caracterizado por Anísio Teixeira na feliz expressão “de um lado a escola para os nossos filhos, de outro, a escola para os filhos dos outros”. (PALMA FILHO, 2005, p.13)

Outro marco na gestão de Campos foi a criação da Universidade Brasileira, que possuía em si, mas um caráter de ação política do que de pesquisa científica. Doravante o governo precisava estabelecer um espaço de ensino superior que pudesse atender a classe privilegiada deste país, cuidando diretamente da produção, manutenção e formação das elites. As classes menos favorecidas do estado eram atendidas por meio da oferta do ensino primário, modalidade esta que garantiria o mínimo necessário para a formação de um trabalhador com disciplina e compreensível com sua “casta” social. Portanto:

“Nesta perspectiva, Francisco Campos (1940<sup>a</sup>, p.60) definiu a universidade não apenas como uma “unidade didática”, mas como uma unidade social ativa e militante (...) que não exaure sua atividade no círculo de seus interesses próprios e imediatos, senão que, como unidade viva, tende a ampliar no meio social (...) o seu círculo de ressonância e autorizada função educativa”. (MORAES, 1992, p.298)

Com relação à constituição de organismos representativos Campos sempre foi a favor desde que respeitassem algumas regras, os professores do ensino superior tinham todo o direito de se organizarem em torno de uma Sociedade de Professores Universitários, porém a presidência desta sociedade deveria ser do reitor da universidade. Os alunos também poderiam se organizar por meio de Diretórios Estudantis, todavia estava estes subordinados a aprovação do conselho técnico administrativo da instituição para poderem ter validadas suas ações.

Portanto, se percebe com nitidez como foi a gestão de Campos como Ministro da educação e saúde pública, por meio dessas ações pensadas por ele, argumentava que nesse momento inicial de construção de um sistema nacional de educação forte, a autonomia integral poderia ocasionar alguns danos difíceis de ser sanado, o que atrapalharia os planos do governo na época.

Em meio ao governo de Getúlio Vargas é promulgada uma nova constituição, no dia 16 de Julho de 1934, atendendo várias alas e reivindicações das lideranças brasileiras

da época, no campo da educação adotou muito daquilo que foi apresentado em 1932 no Manifesto dos Pioneiros, dentre elas: a União ficar responsável pela elaboração de diretrizes e bases educacionais, bem como fixar um plano nacional de educação que deverá ser organizado pelo recém-criado Conselho Nacional de Educação, coloca a educação de forma universal afirmando ser ela um direito de todos, oficializa os estabelecimentos de ensino, garantia de um ensino primário gratuito, dentre outros.

A constituição de 1934 é clara ao estabelecer que a competência referente ao campo educacional fosse responsabilidade assegurada tanto da família como do estado fazendo divisão na função educativa, isso fez diminuir a responsabilidade do estado com a educação pública gratuita.

Todavia em 10 de novembro de 1937 o Brasil sofreu um golpe de estado, no qual Vargas com o apoio incondicional dos militares implantaram um sistema que na prática se configurou como ditatorial. Sobre a retórica do perigo comunista mandou fechar o congresso nacional, dita as normas para o país por meio de decretos-leis e coloca sobre a responsabilidade de Francisco Campos a elaboração da nova constituição de 1937.

Podemos perceber que aquele cidadão responsável por assumir a pasta na época do recém-criado Ministério da educação e saúde pública a expõe em uma redação constitucional desvalorizada diante do campo da educação, inclusive sendo omissa na escrita no que se refere a necessidade da criação do plano nacional de educação. “Aquilo que na constituição de 1934 era um dever do estado passa, na constituição de 1937, a uma ação meramente supletiva”. (PALMA FILHO, 2005, p.11)

A educação sempre se mostrou como um campo de disputas, em todos os seus aspectos, no que se refere a questão legislativa do sistema educacional a constituição e reformulação das diretrizes e bases não poderia se dar de forma diferente, a carta de 10 de novembro de 1937 demonstrava que este período estava marcado de forma centralizadora, herdeira da letra e espírito da legislação do regime imposto, sendo que:

Este aspecto da legislação educacional dos “tempos de Capanema” é, alias, altamente discriminatório em relação as camadas populares e consagrava o já conhecido “dualismo” do sistema educacional brasileiro, muito bem caracterizado por Anísio Teixeira na feliz expressão “de um lado a escola para os nossos filhos, de outro, a escola para os filhos dos outros. (PALMA FILHO, 2005, p.13)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou mostrar a trajetória desde o ano de 1930 com a entrada de Getúlio Vargas na presidência da república até o início do golpe dado por ele em 1937 o começo do estado provisório significava a personificação do novo na política brasileira, pois as oligarquias já não teriam o poder total e exclusivo que exerceram nos anos anteriores. Ao iniciar seu governo, Vargas deixava bem claro que para o Brasil crescer e se modernizar seria necessário construir uma nação forte, centralizada e altamente nacional. Para isso, logo começou a atuar em prol do Brasil, na área da educação empossou Francisco Campos que detinha muitas características semelhantes da ideologia de Vargas, neste artigo demonstro como se deu a aliança do governo com os renovadores e a Igreja Católica que se mostrou fundamental para a governança de Vargas nesse período, a reformulação do ensino secundário e a criação da Universidade Brasileira. Espero por meio deste trabalho oferecer ferramentas possíveis para um futuro alongamento dos estudos referentes ao campo educacional neste período.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, R. S. M. **Diretrizes e bases da educação nacional**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.
- Brasil. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 set. 2020.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- LIBÂNIA, N. X. **O Brasil como laboratório – educação e ciências sociais no projeto do centro brasileiro de pesquisas educacionais**. EDUSF, 1999.
- LIBÂNIA, N. X. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- L. M, VEIGA, C. V. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 225-251.
- MORAES, M. C. M. **Educação e Política nos Anos 30: a Presença de Francisco Campos**. Revista Brasileira Est. Pedag, Brasília, V.73, 1992.



PALMA FILHO, J. C. **A educação brasileira no período de 1930 a 1960: A era Vargas.** São Paulo: PROGRAD/UNESP, Santa Clara Editora, 2005.

SOUZA, R. F. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2008.

VARGAS, G. D. **O pensamento político de Getúlio Vargas.** Rio Grande do Sul: ALRS – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1938.